



Senadores retomam votações em semana de esforço concentrado

Pauta inclui acordo com a China, adicional para juízes, Lei de Licitações e Código de Processo Civil

O Senado inicia amanhã esforço concentrado para a votação de projetos. A maior parte deles só poderá ser examinada depois da análise de três medidas provisórias que trancam a pauta. No entanto, a proposta que deve abrir os trabalhos não tem essa restrição. Trata-se de projeto admitindo que os pedidos de prisão preventiva para extradição entre Brasil e China sejam encaminhados pela Interpol. O objetivo da medida é agilizar os processos. **3**



Valdemir Barreto/Agência Senado

Renan Calheiros preside sessão do Senado, entre os senadores Paim (E) e Sarney: projetos incluídos na pauta do esforço concentrado foram definidos no início de julho

Roberto Stockler Filho/PPR



O presidente da China, Xi Jinping (2º à dir.), ao lado dos demais presidentes do G20: mandatário estará em Brasília

Presidente da China visita Congresso nesta quarta

Em Brasília, Xi Jinping participará da reunião de cúpula do G20 (grupo que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de sessão solene no Congresso, onde falará sobre as relações com o Brasil, principalmente as comerciais. **4**

Terrorismo e manifestações em debate **2**

CPI ouve gerente da Petrobras sobre refinaria **3**

Senado analisa benefício para informática **4**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Secom | Comark - Criação e Marketing

Senado discute terrorismo e movimentos sociais

Audiência pública marcada para hoje, com representantes da OAB e do governo, debate formas de evitar que movimentos de reivindicação passem a ser enquadrados como terroristas

A CRIMINALIZAÇÃO DOS movimentos sociais é o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, às 9h.

No primeiro debate sobre o tema, em maio, representantes de trabalhadores e estudantes classificaram de retrocesso qualquer medida que restrinja os direitos de manifestação e greve.

A intenção de Paulo Paim (PT-RS), que sugeriu as audiências, é que desta vez compareçam também representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério da Justiça.

Na audiência anterior, os debatedores manifestaram apreensão em relação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013, que define o crime de terrorismo. Eles entendem que a proposta,

que aguarda votação em Plenário, compromete a atuação dos movimentos sociais. Como alternativa, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

um projeto de lei com teor semelhante (PLS 44/2014), mas que exclui expressamente os movimentos sociais reivindicatórios da classificação como terrorismo.



Professores da rede pública do Rio fazem protesto: projeto afeta manifestações

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHcriminalizacaoEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CDHcriminalizacaoAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos	

Reajuste a policiais federais aguarda parecer de comissão

Com reuniões marcadas para amanhã e quarta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) precisa de quórum para analisar o projeto que permite o reajuste para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal — profissionais que ficaram de fora do aumento parcelado de 15,8% dado aos servidores públicos de 2013 a 2015. O PLN 5/2014 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor para viabilizar o acordo feito entre as categorias e o Executivo visando evitar paralisações durante a Copa do Mundo.

O relatório é do deputado Cláudio Puty (PT-PA), que incluiu a permissão de aumento para peritos federais agrários. Se passar na CMO, a proposta segue para o Plenário do Congresso.

Revista *Em Discussão!* analisa sistema de inteligência brasileiro

O próximo número da revista *Em Discussão!* traz os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem, que investigou denúncias feitas pelo ex-agente da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos Edward Snowden de violação de correspondência eletrônica da Presidência da República e da Petrobras. O lançamento acontece na quinta-feira, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O relatório final da CPI não apontou culpados, dada a dificuldade prática de comprovar delitos e apontar autores quanto se trata de espionagem. De acordo com o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a comissão concentrou esforços no diagnóstico e no aperfeiçoamento do serviço de inteligência e segurança da informação

de usuários de internet e de instituições públicas. A revista discute a situação da atividade de espionagem e contraespionagem no Brasil a partir das informações levantadas pela CPI, que foi presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A conclusão geral da comissão é de que o Brasil não tem cultura na área de inteligência.



Reprodução

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão ordinária não deliberativa.

CDH Movimentos sociais

9h A criminalização dos movimentos sociais é tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

PLENÁRIO Sessão temática

11h Segurança pública é tema de debate em sessão temática. Às 14h, sessão plenária. A pauta está trancada por três medidas provisórias, as MPs 639/2014, 640/2014 e 642/2014.

CDH Segurança pública

8h30 A comissão faz audiência para debater mapas da violência. Entre os convidados, está Julio Jacobo Waiselfisz.

CMA Remédio e bateria

8h30 Na pauta, propostas que tratam de medicamentos e baterias automotivas compostas de chumbo e ácido sulfúrico.

CCT Direitos autorais

9h A comissão deve analisar projeto que institui mecanismos de fiscalização da atuação do Ecad.

CAE ICMS e crédito a estados

10h Na pauta, proposta sobre benefícios fiscais e tributários referentes ao ICMS e três operações de crédito em favor do Distrito Federal e dos estados do Rio Grande do Sul e do Amazonas.

CI Diretoria da Aneel

10h A CI analisa indicações da Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

CE Revalidação de diplomas

11h A comissão analisa projeto que revalida automaticamente diplomas oriundos de cursos de faculdades estrangeiras.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Pareceres

14h Comissão de Consolidação da Legislação Federal analisa emendas ao PLP 302/2014, sobre trabalho doméstico

CMO Relatório preliminar

14h30 A Comissão Mista de Orçamento tenta votar relatório preliminar com emendas ao projeto da LDO de 2015.

COMISSÃO/MP Reunião

15h Reunião da comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP 647/2014, que dispõe sobre a adição de biodiesel ao óleo diesel, entre outras medidas.

QUARTA

CONGRESSO Vetos

19h Congresso aprecia vetos e projetos de lei. Em análise, novas regras para criação de municípios.

PLENÁRIO Compras pela internet

14h Na pauta, o PLS 281/2012, que regulamenta as compras pela internet.

CI Transporte fluvial na Amazônia

7h30 A comissão vota suspensão de alíquotas do PIS-Pasep sobre o diesel do transporte fluvial na Amazônia Legal.

CAS Jornada dos aeronautas

9h A CAS vota modificação da jornada do aeronauta e obrigatoriedade de informações nutricionais de alimentos.

CDR Albergues

9h A comissão analisa proposta que inclui os albergues entre os prestadores de serviços turísticos.

CCJ Funcionários da Caixa

10h Na pauta, projeto sobre a reintegração no emprego dos funcionários da Caixa demitidos entre 1995 e 2003.

CPI DA PETROBRAS Depoimento

10h15 A CPI da Petrobras ouve o gerente da estatal Glauco Colepicolo Legati.

CONGRESSO Promulgação

11h O Congresso promulga a Emenda Constitucional 82/2014, sobre segurança viária nos estados, DF e municípios.

CE Ensino on-line

11h A comissão discute, em audiência pública interativa, a implementação do ensino on-line no Brasil.

CPMI DA PETROBRAS Requerimentos

14h30 A CPMI que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras vota requerimentos de quebra de sigilo fiscal.

CMO Relatório preliminar

14h30 A Comissão Mista de Orçamento pode votar relatório preliminar com emendas à LDO de 2015.

CONGRESSO Presidente da China

15h Sessão do Congresso para receber o presidente da República Popular da China, Xi Jinping.

QUINTA

PLENÁRIO Defesa do consumidor

14h Em votação, o PDS 31/2013, que susta resolução do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzone e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves, Beto Alvim

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tratado de extradição com a China, pagamento de adicional a juízes, modernização da Lei de Licitações e novo Código de Processo Civil estão entre as propostas da pauta

Semana terá esforço concentrado de votações

A SEMANA DE esforço concentrado no Senado deve começar amanhã com a inclusão extrapauta de tratado firmado entre Brasil e China, em 2004, para agilizar os processos de extradição entre os dois países. Também podem ser votados a PEC dos Magistrados, a proposta de nova Lei de Licitações e o Código de Processo Civil, além de outras matérias definidas no início do mês.

O tratado submetido ao Congresso pelo Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1.351/2008 permite que os pedidos de prisão preventiva para extradição do Brasil e da China sejam encaminhados por meio da Interpol e, depois, transmitidos por via diplomática. A participação da Interpol deve agilizar o processo.

O acordo proíbe a extradição caso a pena imposta à pessoa extraditada esteja em conflito com os princípios do direito do país onde ela se encontra. Ou seja, o Brasil poderá negar a extradição de qualquer pessoa que possa ser punida com a pena de morte na China.

Para ser levado ao Plenário, o tratado ainda depende da apresentação de parecer pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), mas o objetivo é votar a matéria antes da visita do presidente da China, Xi Jinping, que será recebido em sessão solene no Congresso na quarta-feira (*leia mais na página 4*).

Segundo o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, por não se tratar de um projeto de lei, a matéria pode ser votada em Plenário mesmo com a pauta trancada por medidas provisórias.

— Faz parte de uma pauta que o governo chinês solicitou ao presidente do Senado. E nessa ocasião é que o presidente Renan Calheiros gostaria de anunciar a aprovação desse tratado internacional — informou.

Adicional

Também amanhã deve ocorrer a quarta sessão de discussão da PEC 63/2013, que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e membros do Ministério Público, na proporção de 5% do subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de 35%.

A PEC provocou polêmica, com questionamentos principalmente por parte da base do governo, e quase voltou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovada em maio. Na quarta-feira, está prevista a quinta sessão de discussão e a votação em primeiro turno.

Também pode ser votado o projeto de modernização da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Elaborado por uma comissão especial de senadores, o PLS 559/2013

estabelece punições para empresários envolvidos em irregularidades e prioriza as modalidades de pregão e concorrência. A matéria ainda depende de parecer na CCJ, onde é relatada por Kátia Abreu (PMDB-TO), também relatora na comissão especial.

O projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010) ainda não tem parecer da comissão de senadores encarregada de encontrar texto de acordo entre as versões aprovadas no Senado e na Câmara. Os senadores são apoiados por comissão de juristas presidida

pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

O PLS 150/2013 — Complementar, de Paulo Paim (PT-RS), concede aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores afins a partir de 25 anos de contribuição previdenciária.



Plenário retoma análise de projetos e tenta cumprir pauta de votações antes do início do recesso, marcado para o dia 18

Plenário precisa examinar MPs para destrancar pauta

A maioria das matérias do esforço concentrado depende da votação anterior de três medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário.

A MP 639/2014 autoriza o Banco Central a ceder à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro dois imóveis localizados no bairro da Gamboa, na capital fluminense, para a construção de um novo sistema

viário. Os imóveis não são mais necessários ao Banco Central e serão usados para requalificação da área e do entorno.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2014, oriundo da MP 640/2014, cria, em caráter temporário, cem funções comissionadas para grandes eventos e extingue, em definitivo, mais de 564 funções comissionadas técnicas no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança

para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

Por sua vez, a Medida Provisória 642/2014 abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões para órgãos do Executivo. A maior parte (R\$ 4,9 bilhões) é destinada ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O crédito restante (R\$ 200 milhões) destina-se ao Ministério da Defesa para aplicação no estado do Rio de Janeiro.

Projeto estende benefícios do Supersimples para todo o setor de serviços

Outra proposta que pode ser analisada no esforço concentrado amplia para todo o setor de serviços o Supersimples, regime de tributação simplificado para micros e pequenas empresas.

O PLC 60/2014, do deputado Vaz de Lima (PSDB-SP), prevê a criação de uma tabela para serviços, com alíquotas que

variam de 16,93% a 22,45%. Entre os serviços novos que entram nesse regime, estão os relacionados a medicina, odontologia e psicologia.

Um dos pontos que ainda provocam divergência é o fim da substituição tributária para alguns setores. Esse mecanismo transfere para um único elo da cadeia produtiva — o

fabricante, por exemplo — a obrigação de recolher os tributos devidos.

O fim da substituição para alguns setores desagradou secretários de Fazenda estaduais. Entre outros motivos, porque o mecanismo facilita o trabalho das secretarias, já que não é necessário fiscalizar a ponta da cadeia de

comercialização, mas apenas fabricantes e distribuidores.

Os parlamentares que defendem o fim da substituição tributária alegam que o instrumento reduz a competitividade das micros e pequenas empresas. Muitas vezes elas compram produtos que vêm com o ICMS embutido no preço, pagando pelo impos-

to antes de vender ou usar a mercadoria.

— As empresas que têm o Supersimples não pagam uma série de impostos. Se eles vendem produtos por substituição tributária, esse imposto já veio cobrado delas, independentemente de ser ou não aderente do Supersimples — diz Luiz Fernando Bandeira.

CPI da Petrobras ouvirá gerente da empresa sobre Refinaria Abreu e Lima

A CPI da Petrobras que funciona no Senado ouvirá na quarta-feira o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos da companhia, Glauco Legati. Ele deve falar sobre denúncias de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife.

Alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU), a unidade teve custo inicial estimado de US\$ 2,5 bilhões, em 2005. Mas, segundo a Petrobras, deve ser concluída até o fim de 2014, com três anos de atraso, por quase US\$ 20 bilhões.

Um dos acusados pelo superfaturamento, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa disse à CPI que a empresa errou ao divulgar a estimativa inicial de custo.

— O dado era preliminar — afirmou.

Costa foi preso em março na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, chegou a ser solto, mas voltou a cumprir prisão preventiva em junho.

A CPI do Senado funciona apenas com a participação de senadores aliados do governo. Os opositores adotaram a estratégia de integrar somente a CPI mista (*leia ao lado*).

CPMI analisa quebra de sigilos de doleiro e de ex-diretor da estatal

A quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa está entre os 395 requerimentos a serem analisados na próxima reunião da CPI mista que investiga denúncias de corrupção na estatal. O encontro está agendado para quarta-feira, às 14h30. É a terceira vez que a comissão parlamentar de inquérito tenta votar a pauta. Em ocasiões anteriores, não houve quórum.

Costa está preso preventivamente depois que a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, concluiu que ele manti-

nha estreitos laços com o doleiro Alberto Youssef num esquema de corrupção.

A quebra de sigilos de Youssef também está na pauta. Costa já foi ouvido pela CPI do Senado, onde negou as acusações, disse desconhecer o fato de Youssef ser doleiro, mas admitiu ter feito um trabalho para ele. A comissão mista deve analisar ainda pedidos para convocações e convites de testemunhas, como o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Criminal Federal em Curitiba, que aceitou denúncia do Ministério Público resultante da Operação Lava-Jato, e diretores da Petrobras.

Xi Jinping participará de sessão solene em Brasília na quarta-feira. O discurso do líder dará o tom das negociações que fará com autoridades brasileiras nos dias seguintes

No Congresso, presidente chinês falará sobre negócios com Brasil

QUANDO SUBIR À tribuna da Câmara, na sessão solene do Congresso Nacional marcada para esta quarta-feira, o presidente da China, Xi Jinping, explicará o que espera do já intenso relacionamento entre o seu país e o Brasil. Ele deverá antecipar nesse momento o tom dos encontros que terá nos dois dias seguintes com autoridades brasileiras.

A infraestrutura será um dos temas principais da visita de Xi Jinping. O Brasil pretende atrair empresas chinesas para leilões de concessões de ferrovias, como a primeira parte da Ferrovia Transcontinental, em Goiás e Mato Grosso. Empresas chinesas demonstram interesse

em discutir a construção de outra ferrovia, ligando o Porto de Itaqui (MA) a portos peruanos.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil, tanto de importações quanto de exportações. As exportações brasileiras estão concentradas em produtos básicos, como grãos e minérios. Esse é um dos desequilíbrios na relação bilateral que o governo brasileiro incluirá nas discussões.

Em uma das últimas reuniões da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), em 2012, a delegação brasileira reiterou o interesse na diversificação das exportações para a China, com mais participação

de produtos de maior valor agregado, como os aviões da Embraer. Os representantes chineses defenderam a crescente utilização de moedas nacionais dos dois países nas trocas bilaterais.

Xi Jinping chegará a Brasília durante a 6ª Reunião de Cúpula do Brics (grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Será na capital brasileira o último dia da cúpula, onde os países do bloco pretendem anunciar um fundo de contingência para socorrer os integrantes e a criação do Banco do Brics, com capital inicial de US\$ 50 bilhões e destinado principalmente a investimentos de infraestrutura.

Sessão marca os 40 anos de relações diplomáticas entre os dois países

A sessão solene desta quarta-feira no Congresso Nacional registrará os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil, a serem comemorados em 15 de agosto.

Discursarão na solenidade, prevista para iniciar às 15h, os presidentes da China, Xi Jinping, da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros.

O Brasil e a China são os maiores países emergentes dos hemisférios ocidental e oriental, respectivamente. Mantém relações diplomáticas desde 1974, que se transformaram em parceria estratégica em 1993, estreitada em 2012.

Hoje, a China e o Brasil registram um intenso intercâmbio e cooperação em diversas áreas.

O Senado estuda um projeto de interesse comum dos dois países: a ratificação do acordo firmado em 2004 para agilizar os processos de extradição envolvendo o Brasil e a China. O Projeto de Decreto Legislativo 122/2014 aguarda análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE) e pode ser votado no Plenário antes da visita do presidente chinês (*leia mais na página 3*).

Na quarta-feira, o dia da visita, o Salão Verde da Câmara dos Deputados receberá a exposição *40 Anos de Amizade Brasil-China*, com 40 fotos sobre os intercâmbios políticos, educacionais, culturais e tecnológicos e a cooperação econômica e comercial. A exposição é uma iniciativa da agência de notícias chinesa Xinhua.

Xi Jinping copresidirá a cúpula do Brics, ao lado dos presidentes Dilma Rousseff (Brasil), Vladimir Putin (Rússia), Jacob Zuma (África do Sul) e Narendra Modi (Índia). Em Brasília, eles se reunirão com presidentes de países sul-americanos para discutir a ampliação das relações do bloco com nações em desenvolvimento. O tema da cúpula é "Brics — crescimento inclusivo: soluções sustentáveis".

O presidente chinês foi convidado por Henrique Eduardo Alves para participar da sessão solene no Congresso Nacional. O presidente da Câmara esteve na China em abril passado.

Smidna Inácio/Assessoria da Presidência



Henrique Alves cumprimenta Xi Jinping, em visita à China em abril: presidente chinês participará de sessão no Congresso

Projeto prevê prorrogação de benefícios tributários para setor de informática

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve votar no segundo semestre uma proposta que prorroga o prazo de benefícios garantidos ao setor de informática pela Lei 8.248/1991.

Do deputado Mendonça Filho, o PLC 61/2014 prorroga até 2024 a redução atual de 80% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vigente para o setor de informática.

A matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados em junho, aguarda designação de relator na CCT.

De acordo com o projeto, em 2025 e 2026, a redução será de 75%; e, de 2027 a 2029, passa para 70% do IPI. A extinção do benefício está prevista para 2029, dez anos a mais que o prazo atual de vigência (2019).

No caso dos bens e serviços de informática produzidos nas regiões da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), será mantida a redução de 95% do IPI até 2024. Em 2025 e em 2026, a redução passará a ser de 90%; e de 2017 a 2029, de 85% do imposto.

O objetivo do benefício é estimular a implantação de empresas do setor em estados que não contavam com incentivos regionais.

Segundo a Lei da Informática, a redução do IPI vale para as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação.

Em estudo, mais 50 anos para a Zona Franca de Manaus

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar, na quarta-feira, proposta que prorroga o prazo de vigência da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos. A PEC 20/2014, de iniciativa do Executivo, já passou pela Câmara dos Deputados e tem parecer favorável do relator na CCJ, Eduardo Braga (PMDB-AM). Se for aprovada na comissão, seguirá para dois turnos de votação no Plenário.

“A prorrogação por mais 50 anos do prazo fixado para a manutenção da ZFM contribuirá para o desenvolvimento da região amazônica e para a redução das desigualdades regionais que marcam o país”, afirma Braga.

Quando a Constituição foi promulgada, em 1988, uma disposição transitória estabelecia a manutenção da ZFM por mais 25 anos, a partir daquela data. O prazo acabaria em 2013, mas, com a Emenda Constitucional 42/2003, foram acrescidos dez anos (até 2023) à previsão inicial. A PEC 20/2014 pretende estender o prazo até 2073.

De acordo com Braga, o Polo Industrial de Manaus reúne cerca de 600 empresas de alta tecnologia nos segmentos eletroeletrônico, de informática e de produção de veículos de duas rodas. Em 2013, as empresas desses setores geraram cerca de 113 mil empregos diretos e obtiveram uma receita total próxima de R\$ 90 bilhões.

Cícero quer alunos fluentes em língua estrangeira

Está pronto para ser votado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) um projeto que estabelece a fluência oral dos alunos como objetivo do ensino de língua estrangeira na educação básica (PLS 71/2012).

A proposta, de Cícero Lucena (PSDB-PB), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina a inclusão no currículo escolar de pelo menos uma língua estrangeira a partir da quinta série. O projeto mantém a determinação, exigindo, contudo, a fluência na oralidade.

A iniciativa tem parecer favorável de José Agripino (DEM-RN). Para o relator, as distâncias no mundo estão cada vez menores e os contatos entre pessoas e instituições se intensificam, assumindo especial importância o estudo de língua estrangeira. Ele considera grave que, no Brasil, a gramática ganhe mais relevo do que a oralidade:

— As turmas de educação básica tendem a ser compostas por muitos alunos e isso cria dificuldades para o desenvolvimento da parte oral. Assim, frequentemente, dá-se excessiva ênfase à gramática. Ao final dos estudos, os estudantes acabam por apresentar grande dificuldade em se comunicar oralmente na língua ensinada na escola.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Computadores à venda em loja de eletrodomésticos: setor de informática pode ter benefício prorrogado